

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 187, de 2007 (Mensagem nº 806, de 25/10/2007, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Nepal, na República das Maldivas e na República do Bangladesh, desde que obtidos os agréments dos governos desses Países.*

RELATOR: Senador **HERÁCLITO FORTES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia e, cumulativamente, junto ao Reino do Nepal, à República das Maldivas e à República do Bangladesh, desde que obtidos os agréments dos governos desses Países.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente – art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, filho de Wanderley Gomes Brandão e de Circéa Diniz Brandão, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1972, mesmo ano em que se graduou em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Concluiu o Curso de Altos Estudos do Rio Branco em 1991.

Nomeado Terceiro Secretário, em 1974, o diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário, em 1978; a Primeiro Secretário, em 1980; a Conselheiro, em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 2000, sempre por merecimento.

Dentre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Terceiro, Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Washington; Conselheiro na Embaixada em Paris; Chefe da Divisão do MERCOSUL; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Roma, junto à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais; Embaixador em Bangkok; Embaixador cumulativo nas Embaixadas em Laos, Reino da Camboja e República Popular de Myanmar; e Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

Foi, ainda, agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

Consta do processado, além do *curriculum vitae*, documento informativo, da lavra do Ministério das Relações Exteriores, sobre a República da Índia, o Reino do Nepal, a República das Maldivas e a República do Bangladesh. Há dados básicos, mapa político, dados de política interna e externa, econômicos, bem como informações sobre as relações bilaterais desses países com o Brasil.

Com relação à **República da Índia**, destaca-se o aspecto populacional: o número de habitantes supera um bilhão e cem mil. Trata-se de democracia constitucional, com parlamento bicameral e três partidos de projeção nacional. O Partido do Congresso dirige a coalizão a que pertence o

governo atual. Essa coalizão vem sofrendo certos desequilíbrios em virtude da oposição de partidos esquerdistas a reformas econômicas.

Desde o fim da Guerra Fria, quando abandonou o planejamento econômico como centro de sua estratégia de desenvolvimento, a República da Índia tem buscado modernizar seu perfil universalista por meio do incremento de suas relações econômico-comerciais, seja com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), seja com o Oriente Médio, a África e a América Latina. Também cresceu o fluxo comercial com a União Européia. Esse favorável ambiente econômico tem se mostrado fator positivo para minimizar as tensões históricas entre Índia e Paquistão.

Vale lembrar que o atual governo brasileiro tem buscado aprofundar os vínculos com a República da Índia. Há uma série de convergências entre as agendas de política externa de ambos: o empenho na Rodada de Doha, a liderança no G-20, a aspiração ao assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Há, ainda, de se reconhecer que a numerosa população implica vasto mercado consumidor, formado por sua classe média. O intercâmbio comercial Brasil-Índia quase dobrou, de 2004 a 2006, superando a cifra de US\$ 2 bilhões, ao passo que, na década de 1990, o comércio bilateral estava apenas em torno de US\$ 400 milhões.

O **Reino do Nepal** tem sua política interna marcada por instabilidades. O país aguarda por eleições para o parlamento após sua dissolução em 2005.

Trata-se de um dos países menos desenvolvidos do mundo, com quase um terço da população abaixo da linha de pobreza, de economia essencialmente agrícola e de baixo intercâmbio comercial com o Brasil. Apesar disso, seu enorme potencial hidrelétrico tem despertado interesse de empresas brasileiras desde início dos anos de 1990.

Também a **República das Maldivas** encontra-se imersa em grave crise política. Sua economia está voltada precipuamente para o turismo. A pesca também se destaca, dada a escassez de terras e condições climáticas desfavoráveis para desenvolvimento da atividade agrícola.

A República das Maldivas tem assumido posição de destaque em foros multilaterais sobre meio ambiente e aquecimento global, uma vez que

seu território já foi palco de grandes catástrofes naturais. Em órgãos multilaterais, Brasil e República das Maldivas tem buscado apoio mútuo em diversas ocasiões. O intercâmbio comercial entre os dois países é pouco expressivo apesar de, até julho deste ano, ter crescido 106,2% em relação ao mesmo período de 2006.

Por fim, a **República do Bangladesh**, em 1991, tornou-se democracia parlamentarista, com parlamento unicameral. Inclui-se no grupo de países de menor desenvolvimento relativo. A ajuda externa constitui importante fonte de receita, sendo sua economia voltada para o setor agrícola. As relações diplomáticas e políticas entre Brasil e Bangladesh são pouco desenvolvidas. Quanto às relações comerciais, apesar de ocuparem o centro da agenda bilateral, mantêm fluxos em níveis modestos, com freqüentes superávits para o Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2007.

, Presidente

, Relator